

As raças autóctones e a neutralidade carbónica

Portugal assumiu o compromisso de, no ano 2050, atingir a neutralidade carbónica da economia nacional. No entanto, o conjunto de medidas constante neste compromisso só será verdadeiramente eficaz se todos os Estados cumprirem a sua parte, uma vez que o problema é Global, sendo que a sua solução tem de ser também à escala mundial.

Sabemos que os países mais poluentes não subscreveram o acordo de Paris, ou já se retiraram deste compromisso, mas também sabemos que o problema é real e as consequências já são visíveis através das alterações climáticas e na ocorrência cada vez mais frequente de fenómenos climatéricos extremos, inclusive no nosso país.

Também é certo que a redução destas emissões não pode ser feita à custa da importação de outros países dos produtos responsáveis por estes efeitos, uma vez que o problema não se resolveria, só transitava de um país para outro...

É também sabido que a produção nacional de ruminantes (bovinos, ovinos e caprinos) é deficitária relativamente ao seu consumo, o que nos tem provocado desequilíbrios na balança comercial e agravado a crise económica que ainda vivemos e que pode ter novos desenvolvimentos dada a volátil conjuntura política mundial, com especial relevância a dos nossos vizinhos espanhóis.

É nosso entender que, mais do que propor a diminuição dos efectivos nacionais de ruminantes e outras espécies emissoras de gases com efeito estufa, é necessário uma política focada nas boas práticas alimentares, promotoras da saúde, no incentivo ao aumento do consumo das dietas mediterrânica e atlântica, que prevêm o consumo moderado de produtos animais e seus derivados.

Tendo em conta apenas a vertente económica do problema, Portugal, com os níveis de consumo de produtos animais actuais, poderia e deveria aumentar a produção animal para equilibrar a balança comercial deste sector.

No entanto, não podemos ignorar que as emissões de gases do efeito estufa do setor agrícola são responsáveis por cerca de 20% do total das emissões globais; sendo esta contribuição semelhante à da indústria e maior que a do setor dos transportes.

Assim, não faz sentido diminuir ainda mais a produção nacional, que só responde a cerca de metade do consumo actual, uma vez que o problema se manteria nos países fornecedores. Pensamos que o problema deve ser resolvido à escala global, podendo a produção nacional manter-se no níveis actuais, até que se verifique uma diminuição do consumo destes produtos.

Não podemos esquecer que as 50 raças autóctones nacionais [juntamente com 11 raças de cães e 1 raça de abelhas] (quadro anexo) constituem uma das principais razões para Portugal ser considerado uma região 'Hot spot' de biodiversidade pela FAO [Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas].

Apesar de ser um país de reduzida dimensão física, possui uma enorme variedade de habitats, com diferentes condições orográficas, climáticas, edáficas, de manejo e com inúmeras tradições sociais e culturais, criando múltiplos nichos onde as espécies pecuárias foram sendo criadas e apuradas, conduzindo ao aparecimento de um elevado número de raças distintas perfeitamente adaptadas ao seu meio.

Espécie	Raça	Espécie	Raça
Bovinos	Alentejana	Ovinos	Bordaleira Entre Douro Minho
	Algarvia		Campaniça
	Arouquesa		Churra Algarvia
	Barrosã		Churra Badana
	Brava de Lide		Churra do Campo
	Cachena		Churra Galega Bragançana Branca
	Jarmelista		Churra Galega Bragançana Preta
	Garvonesa		Churra Galega Mirandesa
	Marinhoa		Churra do Minho
	Maronesa		Churra da Terra Quente
	Mertolenga		Merina da Beira Baixa
	Minhota		Merina Branca
	Mirandesa		Merina Preta
	Preta		Mondegueira
	Ramo Grande (Açores)		Saloia
Asininos	Burro da Graciosa (Açores)	Caprinos	Serra da Estrela
	Burro de Miranda		Algarvia
Equinos	Lusitana		Bravia
	Garrana		Charnequeira
	Pónei da Terceira (Açores)		Preta de Montesinho
	Sorraia		Serpentina
Galináceos	Amarela	Serrana	
	Branca	Suínos	Alentejana
	Pedrês Portuguesa		Bísara
	Preta Lusitânica		Malhado de Alcobaça

Fonte: site da DGAV.

	Criadores	Fêmeas	Machos
Bovinos	9.720	115.568	3.220
Caprinos	461	43.115	1.961
Ovinos	989	113.523	4.820
Galinhas	1.207	5.455	2.626
Equídeos	993	4.539	1.214
Suínos	359	11.908	941
Total	13.729	294.108	14.782

Dados de 2016.

As raças autóctones, ao proporcionar produtos de qualidade, seguros e de alto valor económico, podem também ser a base para o aumento da rentabilidade das explorações agrícolas, preservando o ambiente e a paisagem, uma vez que estão assentes em sistemas de produção extensivos que aproveitam os poucos recursos forrageiros de zonas desfavorecidas ou de montanha que de outra forma não seriam aproveitados.

A gestão destes recursos genéticos é da responsabilidade do Estado Português, em estreita colaboração e parceria com as Associações de Criadores, mas a única forma de garantir eficazmente a sua conservação e fomento tem de ser atingida através da valorização intrínseca dos seus produtos, serviços ou funções.

Estas raças autóctones desempenham **um papel decisivo no equilíbrio social e ecológico** (sendo presas comuns dos animais silvestres), e constituem a base de produtos locais de alta qualidade. Contudo, muitas das raças autóctones encontram-se quase extintas ou em decréscimo populacional, exigindo medidas para inverter esta tendência e para preservar o património genético ainda existente.

As raças de animais domésticos **são utilizadas sobretudo em sistemas baseados num diminuto investimento**, desenvolvidos ao longo de décadas, e que se ajustam aos desafios do **desenvolvimento sustentável**, nomeadamente pela qualidade dos produtos, **biodiversidade, viabilidade económica, respeito por condicionalismos sociais e ambientais**.

Estas raças são também uma **parte importante da cultura e tradições locais**, e a vasta gama de especialidades gastronómicas locais é um reflexo desta especificidade, demonstrando a importância que a agricultura e as tradições locais sempre tiveram no nosso país ao longo dos anos.

As raças locais, selecionadas durante séculos, dentro de condicionalismos ambientais específicos, encontram-se normalmente **melhor adaptadas** aos mesmos, e são as **únicas capazes de tirar partido de recursos alimentares escassos e irregulares**, típicos destas condições. Consequentemente, estabeleceu-se um **equilíbrio entre o ambiente e as raças locais**, que se ajusta aos princípios inerentes ao desenvolvimento sustentável.

A rusticidade (uma expressão abrangente que inclui a longevidade produtiva, capacidade de resistir a períodos de penúria alimentar, resistência a doenças, etc.) é um carácter de importância essencial, especialmente nesta região, em que **as raças autóctones são normalmente utilizadas em zonas marginais**, em que a capacidade de sobreviver e produzir é muitas vezes o principal objetivo de seleção.

A **biodiversidade doméstica** é hoje **reconhecida como uma das maiores riquezas do planeta**. Esta riqueza pode ser considerada na sua **vertente económica** quando consideramos a obtenção de alimentos, de produtos farmacêuticos e cosméticos, trabalho e fertilizantes.

Mas esta biodiversidade também tem um **valor intrínseco**, uma vez que todas as espécies são importantes na sua individualidade, especificidade e diferença. **Este é uma valorização que se pode também denominar de ética**, por atribuir um valor à diversidade e particularidade de cada uma das raças.

A utilidade dos recursos genéticos também pode ser avaliada **pelo seu papel nos ecossistemas - importância funcional**. A Cachena e o Garrano têm tido um papel fundamental no aumento da população do lobo ibérico no território português, representando a maioria da dieta deste predador no Parque Nacional da Peneda Gerês.

O valor atribuído a estas raças pode resultar do seu **uso direto** - nomeadamente pela produção de alimentos, matérias primas e trabalho; **do uso indireto** - pelos serviços que prestam na limpeza das matas, na polinização ou na sua contribuição para o valor paisagístico da região;

ou do seu **potencial uso** - como reserva genética de resistência a doenças, resposta às alterações climáticas ou usos alternativos futuros.

A justificação para a conservação destas raças assenta, desta forma, em questões de natureza **biológica, cultural, ambiental, social e económica** e resulta da necessidade de garantir a futura moldagem do material genético aos condicionalismos ambientais, da diversidade como elemento indispensável para fazer face a um futuro incerto, das características únicas das raças locais (indispensáveis nos sistemas de agricultura sustentável, já que estão bem adaptadas a condições adversas), da associação que têm à cultura local e aos produtos tradicionais, etc.

O património genético autóctone contido em raças animais, bem como em variedades de espécies vegetais, representa uma herança histórica e cultural que é importante preservar.

Hoje, as raças autóctones portuguesas são uma questão de soberania nacional, protegidas por legislação nacional e comunitária, e a sua criação é apoiada por medidas destinadas à promoção e conservação destes recursos genéticos, designadamente os que estão em risco de extinção (Portaria n.º 55/2015).

Em resumo, as raças autóctones têm um papel importante a nível:

- **Económico;**
- **Social;**
- **Cultural;**
- **Gastronómico;**
- **Biológico; e**
- **Ambiental**

Portugal deve estar grato às gerações passadas, pela abundância, em termos de biodiversidade doméstica, que nos legaram, e devemos prestar homenagem às mulheres e homens de hoje pelo carinho com que criam as nossas raças autóctones, cuidam do ambiente e da paisagem do nosso mundo rural e ainda nos presenteiam com a qualidade e o sabor dos nossos produtos tradicionais.